

# Transformações urbanísticas em Angola – Luanda 1950/1975

Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia\*

pp. 119-135

Em Angola o período de maior desenvolvimento urbanístico durante o período colonial ocorreu entre 1950 e 1975 e acompanhou o crescimento dos transportes (ferroviário, rodoviário, marítimo e aéreo), da agricultura e do setor mineiro.

## 1. Os planos urbanísticos para a cidade de Luanda

### 1.1. O plano de 1942

Para as colónias portuguesas as transformações urbanísticas estavam inicialmente a cargo de agrimensores. A partir de 1934 a Câmara Municipal de Luanda (CML) iniciou um trabalho com topógrafos e projetistas. Em 1942 a CML fez a encomenda do primeiro plano urbanístico para a cidade de Luanda aos arquitetos Étienne De Groer e David Moreira da Silva. A cidade apresentava-se então com um traçado ortogonal com poucos traços de um urbanismo moderno, como o caso do bairro da Ingombota com um traçado em grelha (1926).

O plano diretor urbanístico foi elaborado no ano de 1943<sup>1</sup>. O seu esquema funcional indicava a criação de cinco cidades satélites com 10 000 habitantes cada, na periferia da cidade já existente e com as respetivas zonas verdes. Este plano na linha da cidade-jardim ditou a criação da praça do Porto de Luanda, as rotundas, os largos sem saída, os arruamentos ondulados ou retilíneos de acordo com a especificidade do relevo. Previa igualmente a construção de moradias unifamiliares isoladas, de casas geminadas em banda contínua e com logradouros, de construções em altura, bem ventiladas, para reduzir a insolação. O objetivo era cumprir com os parâmetros da Carta de Atenas e atrair população europeia, que habitaria em melhores condições que na Metrópole e a desencorajar o seu regresso.

A CML julgou ter obtido a liberdade e ditar os rumos para que Luanda se tornasse uma cidade moderna e desenvolvida. A administração central tinha permitido a encomenda e depois aprovado o plano de 1942. Em 1945, após a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), o Ministro das Colónias Marcelo Caetano e o arquiteto António Augusto de Aguiar, diretor do GUC, visitaram Luanda, onde um dos pontos tratados seria a implantação do plano.

Haveria igualmente alterações propostas na sequência desta visita do GUC. Foi feita a redução das áreas verdes, do número de vias e da largura de outras. Retirou-se o caminho-

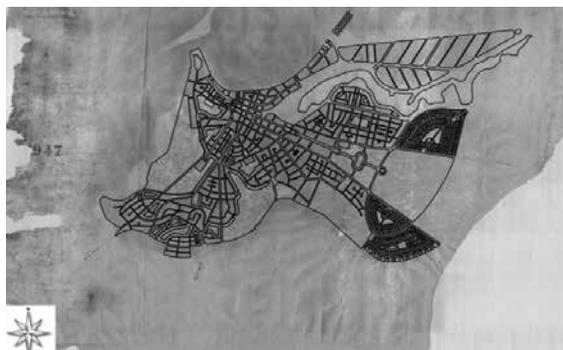
\* Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

1 O mesmo foi realizado por Étienne De Groer e David Moreira da Silva um contrato celebrado no ano de 1941 com a Câmara Municipal de Luanda, tendo sido concluído no ano de 1942, porém só foi aprovado no dia 11 de Março de 1943.

-de-ferro da estação da Maianga; propôs-se o Estádio dos Coqueiros embora mantendo-se o da Cidadela, mas reduziu-se o número de cais de atracagem para o Porto de Luanda apenas para um. Em resumo, mantinha-se a densidade populacional, mas prejudicou-se o urbanismo da cidade com erros que jamais foram corrigidos (Correia, 2018).



**Ilustração 01** - Plano de 1942 mandado realizar pela CML Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.



**Ilustração 02** - Plano de 1947 aprovado pelo GUC. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

## 1.2. A revisão de 1949-1952

A visita de 1945 só teve retorno no plano de 1947. Entretanto a cidade ia apresentando um crescimento acentuado e tornando difícil a implementação do plano inicial. Foi necessário fazer um novo em 1947, sendo o arquiteto António Augusto de Aguiar o seu autor. Entraria em vigor em novembro do mesmo ano.

A necessidade de revisão mantinha-se. Em 1949/1950 o plano continuava a ser uma mera atualização do de 1942. Nessa revisão o Porto de Luanda foi aumentado para três cais de acostagem, acrescentou-se a proposta do aeroporto e novos locais para indústrias, áreas comerciais e ferroviárias e um novo cemitério<sup>2</sup>.

Nos primórdios dos transportes públicos de Luanda, o comboio partia do Bungo, passava pela Ilha de Luanda e ia até à Samba. Depois chegaria à Cidade Alta; em 1950 passou a chegar ao Dondo, visto que anteriormente era necessário andar um período de carro para chegar até à estação ferroviária (Carneiro, 2012). A localização das indústrias passou para áreas mais periféricas dado o crescimento acelerado de Luanda.

<sup>2</sup> O da Estrada de Catete tomou a designação de Santa Ana.

Em 1950 foram realizados estudos para o regulamento de edificações urbanas para a cidade de Luanda. Apesar de não ter sido aprovado, serviram de base para as realizações futuras e por aí se concluiu ter havido uma evolução na realização de planos no GUC, pela semelhança ou critério de abordagem entre os planos de 1947 e 1950. O plano de 1950 difere do de 1952 apenas na localização das indústrias, do cemitério da Estrada de Catete e o jardim do aeroporto, propostas que concretizaram o desenvolvimento da cidade para Sudeste.



Ilustração 03 - Plano de 1950 aprovado pelo GUC. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

### 1.3. Os planos até 1961

Entretanto chegavam a Angola mais profissionais de arquitetura e alguns dos primeiros de urbanismo com estágios em França. Estava neste caso particular o arquiteto e urbanista português João Guilherme Faria da Costa que passou a visitar Luanda semestralmente, bem como Vasco Vieira da Costa Chefe, da Oitava Repartição da CML, que acompanhava a realização dos trabalhos em urbanismo e arquitetura.

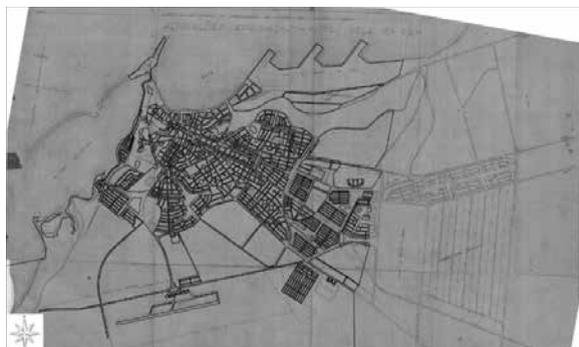
Em 1956, considerando os muitos erros e com a justificativa da ausência do conhecimento do território por parte dos técnicos do Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), a CML deixou de aceitar a sua intervenção. Considerava igualmente que os metropolitanos não estavam suficientemente capacitados para projetar e construir nos países tropicais e por isso deveriam fazer especializações em Inglaterra (Mendes, 2012). Esse rompimento com o GUU, que entretanto substituíra o GUC a partir de 1957, foi também explicado pela morosidade na realização dos planos urbanísticos que, como vimos, ocorrera entre 1942 e 1952.

No período 1956/1958 a proposta de plano regulador incluía a edificação de quatro viadutos<sup>3</sup> e teve um zoneamento mais elaborado relativamente aos de 1942 e de 1952. Limitava-se a altura máxima dos edifícios a 1,5 vezes a largura da rua, semelhante ao proposto no plano de 1942, reduzindo-se depois o rácio para 1. Previam-se quatro bairros económicos e que a cidade se desenvolveria ao longo da costa no sentido Norte-Sul e Sudeste. Apelava-se ao rigor nas alturas dos edifícios, nas áreas para arejamento da cidade e na construção de parques de estacionamento privativos próximo das habitações. O plano foi aprovado a 29 de outubro de 1958.

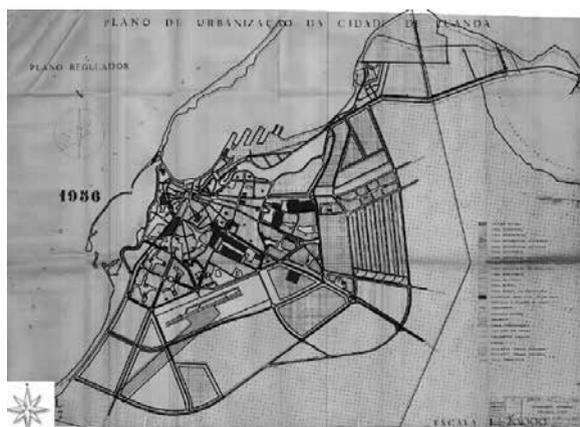
3 Na Rua Francisco Newtona que dava continuidade à Rua de Paiva Couceiro, nas ruas de Serpa Pinto e Guilherme Capelo, na Estrada de Catete na Alameda de D. João II e na ligação entre o bairro de São Paulo e a Estrada da Boavista.



**Ilustração 04** - Plano de 1952 aprovado pelo GUC. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.



**Ilustração 05** - Plano de 1952 aprovado pela CML. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.



**Ilustração 06** - Plano Regulador 1956/1958 da CML. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

#### 1.4. O plano de 1961

O plano de 1961, proposto por Fernão Lopes Simões de Carvalho e também sob coordenação de João Guilherme Faria da Costa, previa um período de execução de três anos. Tinha como objetivos principais remodelar a zona central da cidade e o Musseque Prenda (o musseque Burity foi excluído). Esses bairros constavam do plano regulador mas não havia fundos ou vontade na execução. O plano previa um cais de atracagem apenas. Quanto às áreas habitacionais, previa uma aproximação maior entre negros e brancos mas diferenciadas no tipo de moradia: os brancos deveriam ser alojados nos edifícios altos e os negros nas casas isoladas ou geminadas com qualidade inferior.

Na área urbana o arquiteto Fernão Lopes Simões de Carvalho propôs três circulares: a primeira entre o largo de Infante D. Henrique ou do Baleizão, Palácio, largo da Maianga, Liceu Salvador Correia, largo do Kinaxixi e Igreja da Nazaré; a segunda circular seguiria pela Samba até ao largo do Miramar e a terceira começaria no Porto de Luanda e terminaria na Samba. Essa terceira circular não foi executada. Propôs também o viaduto para a rua Vasco da Gama e uma nova ponte entre a Ilha e a cidade.

Como se viu, as respostas morosas do GUC e do GUU impediam os arranjos do centro histórico da cidade de Luanda. Em alguns escritos nota-se alguma rebeldia dos técnicos, por vezes com vontade de contrariar a política centralista do Estado Novo e tentando impor aquilo que de mais moderno acontecia pelo mundo.

A CML manteve-se do lado dos técnicos e exigiu que a cidade de Luanda tivesse um estatuto igual aos de Lisboa e do Porto. A CML convidou também Roberto Auzelle a visitar a cidade de Luanda e enviou técnicos aos países mais desenvolvidos para estudos de caso, como Fernão Lopes Simões de Carvalho à Alemanha, o que lhe permitiria realizar o projeto da Radiodifusão de Angola.

O plano de 1961 incluía tudo o que de bom já tinha sido planificado no plano de 1942 (Troufa Real, 2012). Por outro lado, em 1961 começou a luta armada o que levou Portugal a tomar novas posições relativamente ao desenvolvimento e às condições de vida da população negra. O facto de Fernão Lopes Simões de Carvalho não se manifestar politicamente ajudou na aceitação das suas propostas.



Ilustração 07 - Primeira versão do plano de 1961. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.



Ilustração 08 - Segunda versão do plano de 1961 já com a união das 1.ª, 2.ª e 3.ª circulares. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

### 1.5. O plano de 1973

O plano de 1973 foi elaborado pela OTU, uma empresa francesa contratada para o efeito, e aplicava-se a Luanda, Viana e Cacuaco (O.T.U.<sup>4</sup>, 1973)<sup>5</sup>. Basicamente previa um crescimento habitacional com o objetivo de abolir os musseques, embora continuasse a separar brancos e negros. Dele saíram propostas relacionadas com a mobilidade urbana que hoje, e sobretudo com algumas propostas que já foram executadas parcialmente aceites em 1990, quando se pretendeu implementar o plano de 1973. Contudo não foi concretizado pelo facto do plano propor a separação de brancos e negros.

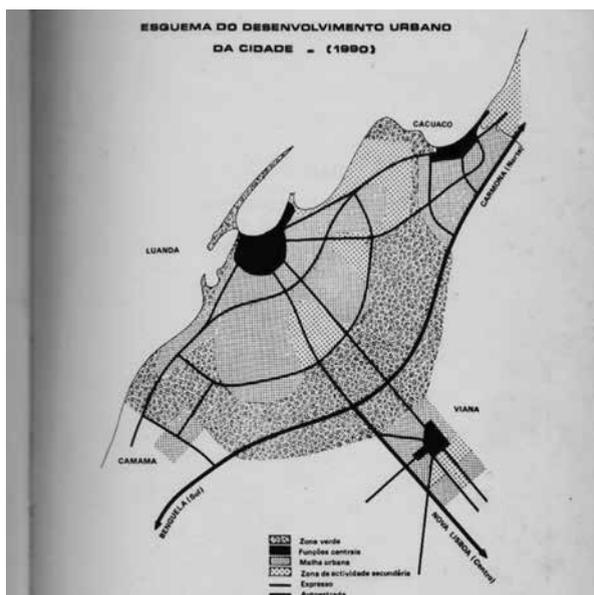


Ilustração 09 - Esquema de desenvolvimento urbano da cidade. Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

4 18 Boulevard de la Bastille – Paris 12<sup>ème</sup> – traduzido para português por: Sra. Fátima Real, Dr. António José Rodrigues e o Eng. Amaral Fernandes.

5 Arquivo do INOT em 2012.

## 2. Urbanismo e a arquitetura – concretizações no desenvolvimento da cidade de Luanda

Com a vontade em tornar Luanda um lugar mais desenvolvido, a arquitetura do movimento moderno foi planeada em grande escala. Em todas as ruas se exigiam obras com características modernistas e em todos os bairros deveria existir habitação, trabalho e lazer. Apesar dos objetivos não terem sido atingidos na sua totalidade e das disputas entre o regime e os profissionais, os arquitetos pensavam projetos para todas as camadas sociais. Pode, por isso, considerar-se que passou-se a desenvolver um novo modo de vida na cidade, inspirado pelos modelos das cidades europeias e americanas.

O contraste foi grande. Até os anos 1940, vivia-se em Luanda praticamente sem redes de saneamento ou locais de lazer. A mesma desolação quanto a edifícios públicos. No momento em que o Liceu Salvador Correia e o Palácio do Comércio ainda estavam em construção, até o edifício da CML apresentava-se pobre (Lemos, 1940).

A falta de habitação fora sempre um grande problema: produziam-se poucas habitações e, para agravar mais a situação, a cidade recebia constantemente novos moradores. Num registo estatístico sobre as novas construções em Luanda de 1935 a 1939, havia entre 8 a 17 habitações novas construídas por ano. Assim, em 1935 foram construídas 8 habitações novas; em 1936, 15; em 1937, 14; em 1938, 17 e em 1939, igualmente 17.

Há notícia que em 1940 já existiam 23 solicitações para licenças de construção, sendo 20 pedidos do ano de 1939 com respostas que transitaram para 1940. Para as casas com três divisórias e com anexos, a renda mensal era entre 700,00 e 800,00 Angolares, isto para os edifícios com quatro ou cinco anos. Já para os edifícios novos, com as mesmas divisórias, a renda mensal rondava preços de 1.000,00 a 1.500,00 Angolares. Deve-se mencionar que mesmo sendo muito caras, essas moradias eram poucas para a demanda naquele período. Para contextualizar, o salário mais alto da colônia de Angola, em 1940, atingia os 6.000 Angolares. A classe média tinha salários entre os 800,00 e 2.000,00 Angolares e os indígenas (negros) ganhavam apenas entre 300,00 e 400,00 Angolares. Há registos de viverem duas ou três famílias numa só habitação, com quatro ou cinco divisórias. Houve mesmo casos de 15 pessoas numa só habitação, com quatro ou cinco divisórias.

Para tentar minimizar os problemas da falta de habitação, em 1940 a Caixa Econômica Postal de Angola concedeu empréstimos para construção de habitação, nos quais cada indivíduo se inscreveria somente uma vez. Os interessados tinham de ter emprego e deixavam o terreno como hipoteca. A Caixa Econômica Postal de Angola fiscalizava as obras. Igualmente nesse ano, concedeu duas bolsas de estudo para alunos estudarem em Portugal, visto que o ensino público não proporcionava ainda as habilitações que só o novo Liceu Salvador Correia veio oferecer à população. Aliás, só os mais abastados conseguiriam colocar os seus filhos no Liceu e muito poucos beneficiavam das bolsas de estudo internas, por estarem na condição de pobres ou órfãos. Muitos tinham vergonha em aceitar a condição de pobre e os filhos acabariam por não usufruir das bolsas.

### 2.1. O edifício do Liceu

O Liceu Salvador Correia em 1940 receberia materiais metropolitanos: pedras, azulejos pintados, ferros forjados, pedras de Hoz (vindas dos arredores de Lisboa). No salão da biblioteca foram colocados mármore de Vila Viçosa e os azulejos eram imitações dos que existiam na Quinta da Bacalhoa e no Palácio dos Condes da Torre, segundo descrição de Fernando Mouta, engenheiro que acompanhou e geriu os trabalhos da primeira etapa do Liceu.

Assinala-se que os azulejos eram muito usados nos conventos portugueses, na primeira metade do século XVIII e, que naquele período, eram baratos. As telhas foram fabricadas pela primeira vez em Luanda; eram novas imitando os telhados portugueses e foram fabricados pela Indústria Coelho da Silva, com a mesma qualidade dos produzidos em Portugal.

Os materiais foram requisitados com a antecedência prevenindo assim os efeitos da Segunda Guerra Mundial quanto aos prazos da obra. O mosaico cerâmico, importado da França, ultrapassava as 300 000 peças e, em 1940, já estava em Lisboa. Em 1939, já se tinham realizado 4696 m<sup>3</sup> de alvenarias, 1500 m<sup>3</sup> de concreto armado, 2570 m<sup>3</sup> de concreto em pavimento e já se tinha gasto 1302 toneladas de cimento, 3126 m<sup>3</sup> de areia, 2985 m<sup>3</sup> de pedra e 185 647 kg de ferro.

Na armação e cofragem da laje trabalharam operários portugueses e indígenas, assim como serventes também indígenas. A Fundação do Bolhão do Porto fabricou as caixilharias de ferro e ferragens de arte, a Fundação de Oeiras os artigos esmaltados, a Fábrica de Sant'Ana os azulejos, imitando os antigos. Muitas mais empresas ofereceram os seus serviços que se consideravam, naquela época, de grande qualidade e inovadores.



**Ilustração 10** - Edifício do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1956. Fonte: *A Província de Angola*, 05 set. 1959.

## 2.2. Outros grandes projetos

Até aos anos 1940, eram raras as novidades. Em 1941, *A Província de Angola*, publicava o anúncio do Salão Império de João Nunes das Neves (antiga barbearia Reis, como era mais conhecida). Esse estabelecimento era considerado um salão moderno – nunca antes visto na colônia de Angola e nada inferior aos de Portugal, com cabeleireiro, seção de chapéus e modista, visto mesmo como um *atelier*.

Em 30 de setembro desse ano, o mesmo jornal, noticiou igualmente que o Atlantic Palace Hotel (inaugurado em 1939) recebera as visitas dos seus primeiros hóspedes ilustres – presidente da República, ministro das colônias, etc. – assinalando que o hotel era dotado de água corrente, campainhas elétricas, sanitários e banheiros privados.

Depois da abolição do GUU multiplicaram-se as obras públicas como os edifícios do IIAA<sup>6</sup> e IIVA<sup>7</sup>, da Junta de Povoamento e tantos outros que agraciaram as ruas da cidade de Luanda. Os grandes edifícios foram fomentados tanto pela Direção de Obras Públicas sob orientação do GUC como pela CML. O GUC promoveu o Liceu Salvador Correia, a Fazenda, o Porto de Luanda, o Banco Nacional de Angola, a Delegacia de Saúde e outros. A CML promoveu o Mercado Municipal – Kinaxixi, a escola Anangola, o edifício Servido-

6 Instituto de Investigação Agrónoma de Angola.

7 Instituto de Investigação Veterinária de Angola.

res do Estado entre outros. Dos privados saíram várias outras grandes construções, como o edifício Mutamba, o Mobil, o hotel Presidente, o hotel Panorama e tantos outros que ainda hoje são o predominate nas ruas mais antigas da cidade de Luanda.

Sobre o Mercado Municipal diga-se que é muito semelhante ao projeto da *Villa Savoye* de Le Corbusier ou ao Conjunto Nacional de David Liberskind em São Paulo. O Mercado do Kinaxixi é composto por rampas de acesso sob pilotis, com fachadas homogêneas como se todas elas fossem a fachada principal. Por ser o primeiro edifício que mais respeita os cinco pontos determinados por Le Corbusier considera-se como a primeira obra do movimento moderno em Angola.



**Ilustração 11** - Edifício do Mercado do Kinaxixi na cidade de Luanda, largo dos Lusíadas projeto de Vasco Vieira da Costa, 1958. Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Em 21 de fevereiro de 1964, o chefe do Gabinete de Urbanização propôs a atribuição de terreno para uma Casa de Belas-Artes e Museu de Arte Moderna de Luanda. Propôs igualmente, em 1965 um auditório junto ao eixo viário na rua de Pinheiro Chagas e Aires de Ornelas. A proposta 1 considerava a capacidade de 3000 espectadores mas a lotação fazia alterar a possível localização. Assim, a proposta 2, que previa entre 4000 e 5000 espectadores, localizava-o junto à Avenida Cidade do Porto, no morro da Santa Bárbara (na Samba) a ser posteriormente integrado no plano do autódromo. A proposta 3 previa 3000 espectadores e a proposta 4, previa também 3000 espectadores, colocando-o junto à Messe dos Oficiais, na Rua Henrique de Carvalho. Nessas propostas, trabalharam o urbanista Chefe Fernão Lopes Simões de Carvalho e o desenhista Jorge Luiz (CML, 15/12/1965). A proposta para o auditório tinha surgido depois do Plano Pró-cultura lançado pelo jornalista Ferreira da Costa. Era igualmente promovida pelo plano de Rádiodifusão de Angola, presidida por J. Ferraz de Carvalho, engenheiro diretor de 1.ª classe do CTTU. Na carta dirigida ao presidente da CML, datada de 09 de dezembro de 1965, sugeria-se a escolha do local para a implantação para esses serviços em Luanda.

Entre outros projetos notáveis, previu-se um autódromo, no bairro da Corimba, para 100 000 espectadores, com uma pista de velocidades com seis varicurtes (*A Província de Angola*, 2 fev. 1972).

Para a obra do Palácio da Justiça em Luanda foi realizado um concurso. A equipe técnica vencedora do anteprojeto (arquitetos Rodrigues Lima, José Deodoro Faria Troufa Real e Mário Lima Santos, com cálculos dos engenheiros Álvaro Miranda Morais e Serrão Fernandes) recebeu 60 000,00 Escudos. Essa equipe contou também com a colaboração dos arquitetos Francisco dos Santos, Luís Xavier, Costa Pessegueiro, Coimbra Neves e Sérgio

Coelho. O projeto deveria contemplar os tribunais da relação, das varas cíveis e criminais, do trabalho e dos menores. A proposta previa que dois edifícios estivessem ligados pelo extremo direito de um e o extremo esquerdo de outro, estando este último ligeiramente mais a frente em relação ao alinhamento do primeiro: algo muito semelhante ao encaixe de uma porta ou janela de correr o que demonstra profundos conhecimentos de projeto e de execução. O local escolhido foi:

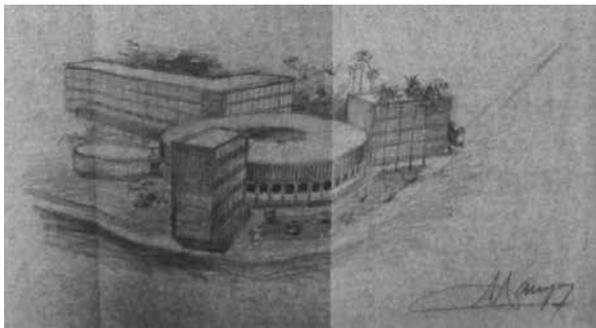
*(...) toda a vasta área de terreno que forma o gaveto da Avenida Álvaro Ferreira e forma gaveto com a Rua Alexandre Peres com a frente para o largo ajardinado do Quartel General do Exército (A Província de Angola, 07 jul. 1967).*

O projeto apresentava-se com as seguintes características:

*A análise do ante-projeto revela que houve o objetivo de criar espaços abertos interiores permitindo que cada parte do edifício participe da vida dos mesmos contribuindo para tal grandes superfícies de vidro devidamente protegidas do sol. Por outro lado, a disposição dos edifícios foi concebida de modo a produzirem grandes superfícies de sombra. Os pátios ajardinados deste edifício, ao criarem zonas de sombra contribuirão para o estabelecimento de correntes de convecção capazes de provocarem o arrefecimento de todo o primeiro piso (Idem).*



**Ilustração 12** - Proposta vencedora do concurso para o Palácio da Justiça na cidade de Luanda. Anteprojecto de Rodrigues Lima, José Deodoro Faria Troufa Real e Mário Lima Santos, 1967. Fonte: *A Província de Angola*, 07 jul. 1967



**Ilustração 13** - Proposta de volumetria para o Palácio da Justiça, na cidade de Luanda  
Desenho de António Nunes e Silva Campino, 1964. Fonte: Câmara Municipal de Luanda (06/07/1964).



**Ilustração 14** - Esboço do plano de massas do Palácio da Justiça na cidade de Luanda.  
Plano de António Nunes e Silva Campino, 1964. Fonte: Câmara Municipal de Luanda (06/07/1964).

O lazer foi outra prioridade, sendo o cinema um dos maiores responsáveis do novo modo de vida da cidade de Luanda. O Cinema Restauração mostra o que de mais luxuoso e moderno se fez nesta área. Foi concluído em 23 de outubro de 1951. Era o quarto cinema com construção resistente ao fogo edificado em Luanda depois do Nacional (1932), do Colonial (1940) e do Tropical (1951).

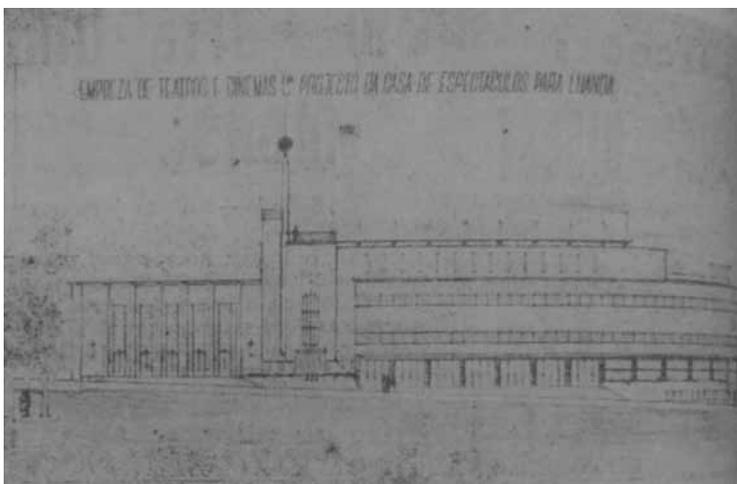
Em 16 de fevereiro de 1947, *A Província de Angola* informava que a obra já tinha sido iniciada pela empresa Teatros e Cinemas, Ltda. O arquiteto João Garcia de Castilho e o engenheiro António Garcia de Castilho foram responsáveis pelo projeto, que comportava cinema, teatro, salão de exposições, bar-*dancing*, restaurante, salão de chá e anexos privados. Previa-se uma lotação inicial entre 1300-1700, sendo: 600 assentos na plateia com *maples*, 100 assentos em prizas, 70 assentos em 13 camarotes e 429 no balcão. O custo da obra foi orçado em 7 000 000,00 Escudos e a inauguração estava prevista para a comemoração dos 300 anos da Restauração em Angola<sup>8</sup>, a 15 de agosto de 1948. O cinema Studio foi instalado nas instalações do Restauração, em 24 de fevereiro de 1974, e nesse também existia uma boate.

8 A Restauração de Angola deu-se no ato em que Salvador Correia de Sá e Benevides parte do Rio de Janeiro e chega a Luanda e toma-a dos holandeses em 1648. Os holandeses ocuparam Luanda de 1940 a 1948. Mais um dos muitos acontecimentos que ligavam a África ao Brasil.

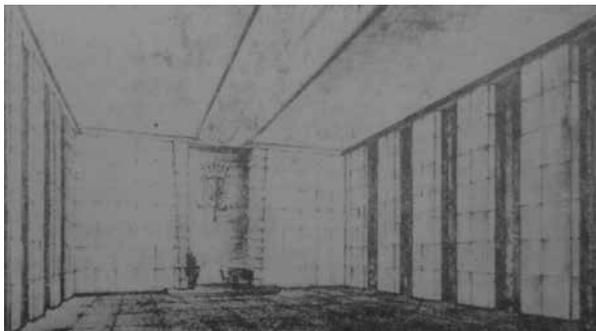
Depois da independência, o edifício foi transformado em Assembleia Nacional, tendo sido desocupado há pouco tempo e se prevê a sua transformação. Foi recentemente comunicado que voltará às atividades anteriores para as quais foi construído: em breve será transformado em Casa da Cultura numa iniciativa do Governo Angolano.



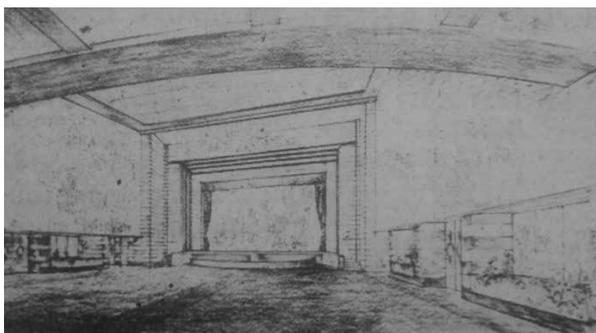
**Ilustração 15** - Fachada principal do edifício do Cinema Restauração, rua de Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1951. Fonte: Arquivo cedido por Gilberto Rita, 2018.



**Ilustração 16** - Projeto da fachada do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947. Fonte: *A Província de Angola*, 16 fev. 1947.



**Ilustração 17** - Projeto do interior do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947. Fonte: *A Província de Angola*, 16 fev. 1947.



**Ilustração 18** - Projeto do interior do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947. Fonte: *A Província de Angola*, 16 fev. 1947.

Outro grande projeto foi o do edifício destinado ao IIAA<sup>9</sup>, IIVA<sup>10</sup> e aos serviços da agricultura, onde hoje funciona o Ministério da Agricultura. É composto por dois edifícios, situado no Largo dos Ministérios, sendo um com forma circular com 11 pisos e o outro com quatro pisos projetados pelo arquiteto Rui Fernando Mendo. No 1.º piso, o edifício comporta armazéns, depósitos com instalação para o fiel de armazém e para os serviços de veterinária, instalações para o serviço de agricultura, casa do lixo, bomba de água e local para um posto de transformação. Nos 2.º, 3.º e 4.º andares, estão os serviços de veterinária e nos 6.º, 7.º e 8.º, os serviços de agricultura. No 5.º andar, os serviços dos IIAA e do IIVA. No 9.º andar, localiza-se o terraço e a instalação de *sprinkler*<sup>11</sup>, com saídas para o corredor do 8.º andar – piso esse que também comporta o laboratório e a sala de secagem. No 10.º andar, está a casa das máquinas dos elevadores e no 11.º e 12.º, ficam os depósitos de fibrocimento de água sobre a caixa da escada. Os acessos são feitos pela escada, dois elevadores e um monta carga. Em todos os pisos é feita a recolha do lixo com uma conduta de fibrocimento de 0,5m de diâmetro; em cada piso existe uma tampa e no 1.º piso é feita a recolha do lixo com tambores substituídos periodicamente. No 8.º andar, para o *sprinkler* existem manípulos para o funcionamento do mesmo junto do laboratório, no corredor. Foi instalada corrente trifásica no edifício. A modernização levou os edifícios a alturas e formas nunca antes vistas.

9 Instituto de Investigação Agrónoma de Angola.

10 Instituto de Investigação Veterinária de Angola.

11 Dispositivo contra incêndio.

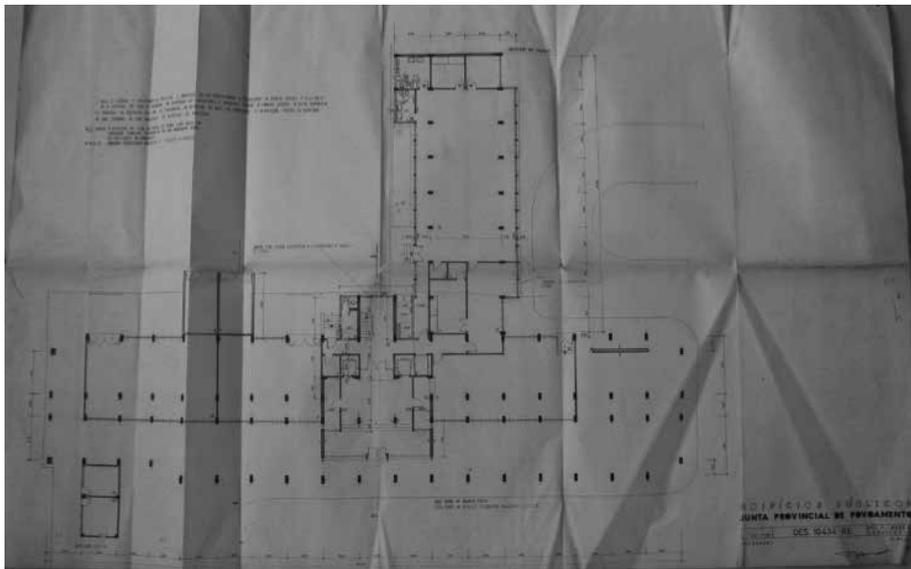


**Ilustração 19** - Fachada principal do edifício do IIAA e IVA, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo. Fonte: Foto cedida por Marrion Machado, 2012.



**Ilustração 20** - Fundos do edifício da Junta Provincial de Povoamento<sup>12</sup>, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo. Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

12 Depois da independência de Angola, o edifício passou a pertencer ao Ministério das Relações Exteriores, o mesmo está situado no largo dos Ministérios.



**Ilustração 21** - Piso térreo do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo. Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

O ritmo das construções acelerou no princípio da década de 1970. No dia 13 de outubro de 1971, o jornal *O Comércio* anunciava que durante um mês na cidade de Luanda tinham sido concluídos mais de duzentos edifícios. Veja-se o primeiro semestre: no mês de janeiro 40 edifícios, em fevereiro 52, em março, 37; em abril, 29, em maio 31, em junho 28 e em julho 219. Dos 40 edifícios aprovados pela CML em janeiro 16 edifícios com 1 piso, 15 com 2 pisos, 4 com 3 pisos, 1 com 6 pisos e 1 com 11 pisos, totalizando 151 apartamentos e moradias, 15 estabelecimentos comerciais, 27 escritórios e 18 armazéns. Os 40 edifícios estavam orçados no valor de 61 535 000,00 Escudos.

### 2.3. Outros equipamentos urbanos

No dia 4 de julho de 1958, António Jacinto Magro, diretor da 1.ª classe dos CTU (Correios Telégrafos e Telefones do Ultramar), solicitou ao presidente da CML autorização para a construção de cabines telefónicas e sugeria que uma delas fosse instalada em frente à Delegacia de saúde em Luanda. Como resposta, foi sugerido que as cabines fossem instaladas nos bairros da Samba, no cruzamento entre as Avenidas Brasil e a Rua Baltazar Leitão, na Rua de D. João II, no bairro de São Paulo (junto à estação Telegrafo Postal Urbana), no Hospital Indígena, na Rua General Carmona e na Rua Francisco Souto Maior.

Os novos edifícios teriam igualmente novos equipamentos. O Hotel D. João II, por exemplo, propriedade de Nogueira e Duarte, Ltda., anunciava, no dia 22 de novembro de 1968, que quase todos os quartos eram suítes, com água quente e fria, telefone, salas de estar, bar, restaurante, transporte privado (entre o aeroporto, o hotel e as praias da cidade).

De acordo com a publicidade do representante da marca de ar condicionado Carrier em Angola, o equipamento instalado no Palácio do Governador-Geral de Angola na cidade de Luanda, em 1968, era igual ao que existia na sede das Nações Unidas (Nova York), no Merchandise Mart Bidg (Chicago), no Banque Centrale de Beirute (Líbano), etc. (*A Província de Angola*, 4 mar. 1968).



**Ilustração 22** - Edifício Mutamba, largo da Mutamba, na cidade de Luanda. Projeto de Vasco Vieira da Costa, 1968.  
Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Estas são algumas das muitas iniciativas urbanas que levaram à incorporação de um novo modo de vida. Entre os anos 1940 e 1970 seriam muitas as transformações na vida dos luandenses. Pena que muito dos valores que Portugal possuía não serviu para dar uma vida melhor àqueles que já viviam em Angola e a quem a terra de facto pertencia, mas não será motivo para que não se reconheçam os feitos, porque de facto o que está em causa aqui é dar a conhecer uma pesquisa sobre o desenvolvimento da cidade de Luanda.



**Ilustração 23** - Edifício Cirilo na cidade de Luanda, rua Direita de Luanda.  
Projeto de José Augusto Pinto da Cunha, 1958. Fonte: *A Província de Angola*, 15 ago. 1958.

## Referências bibliográficas

- Correia, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes (2018), *O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno, Luanda 1950/1975*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo: USP.
- (2012), *O “patrimônio” do movimento moderno de Luanda 1950-1975*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo: USP.
- Mendes, Rui Paes (2012), *O modernismo e suas abordagens em Moçambique e Angola*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 4. n.º 2, jul-dez., pp. 245-257. [Em Linha]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/urbe.7399>.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (2006), *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de Uma Leitura de Luanda: Uma Interpretação do Desenho Urbano*, Centro de Estudos Africanos da USP e Fundação Eduardo dos Santos. São Paulo: Terceira margem.